



QUARTA CÂMARA CÍVEL
Recurso de Agravo nº: 193725-3/01
Recorrente: Banco Santander S/A sucessor do ABN Amro Real
Recorrida: Lucenira Pereira de Lima
Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Acordão

5420
-R-

EMENTA: CIVIL. PROCESSO CIVIL. CONTRATO. DIREITO DO CONSUMIDOR. POUPANÇA. PLANO BRESSER, VERÃO E COLLOR. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. Recurso de Agravo em face de decisão terminativa proferida - com fulcro art. 557, caput, do CPC - em Apelação Cível. Decisão recorrida que identificou os pontos objetos da pretensão recursal (legitimidade da recusa de fornecimento dos documentos solicitados e a impossibilidade de exibir os extratos, posto que os mesmos foram eliminados). Matérias recursais que já se encontram pacificadas no âmbito do colendo STJ e do TJPE. Nenhum fato novo veio com o recurso que ensejasse a realização do Juízo de retratação ou reforma da decisão vergastada. Recurso de Agravo Improvido. Decisão unânime.

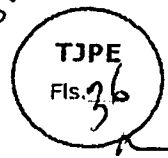
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Desembargadores que integram a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao Recurso de Agravo, conforme os votos constantes das notas taquigráficas anexas.

Recife, 10 de Dezembro de 2009.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator



245-A



QUARTA-CÂMARA CÍVEL
Recurso de Agravo nº: 193725-3/01
Recorrente: Banco Santander S/A sucessor do ABN Amro Real
Recorrida: Lucenira Pereira de Lima
Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Relatório

Banco Santander S/A sucessor do Banco ABN Amro Real interpôs, Recurso de Agravo em face da decisão monocrática terminativa proferida nos autos da apelação cível em apenso, que, com fulcro no art. 557, caput, do CPC, negou provimento ao recurso, pelo fato do mesmo está em confronto com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

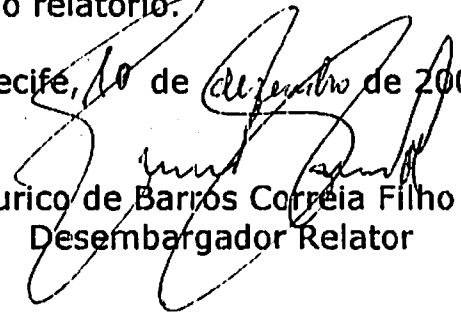
Alega o recorrente que não há no ordenamento jurídico pátrio registro de lei que determine às instituições bancárias em conservar nos seus arquivos, por mais de cinco anos, documentos relativos a movimentações das contas de seus clientes, e que, no caso, não mantém mais em seu poder qualquer dos extratos solicitados.

Ademais, defendeu a legalidade dos atos praticados pela instituição financeira, esclarecendo que a mesma foi realizada de acordo com o que determinava a legislação.

Ao final, pediu a reconsideração da decisão, para que seja determinado o processamento da apelação e, por consequência, julgado improcedente o pedido do autor.

É o relatório.

Recife, 10 de dezembro de 2009.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator



QUARTA CÂMARA CÍVEL	
Recurso de Agravo nº:	193725-3/01
Recorrente:	Banco Santander S/A sucessor do ABN Amro Real
Recorrida:	Lucenira Pereira de Lima
Relator:	Des. Eurico de Barros Correia Filho

Relatório

Banco Santander S/A sucessor do Banco ABN Amro Real interpôs, Recurso de Agravo em face da decisão monocrática terminativa proferida nos autos da apelação cível em apenso, que, com fulcro no art. 557, caput, do CPC, negou provimento ao recurso, pelo fato do mesmo está em confronto com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Alega o recorrente que não há no ordenamento jurídico pátrio registro de lei que determine às instituições bancárias em conservar nos seus arquivos, por mais de cinco anos, documentos relativos a movimentações das contas de seus clientes, e que, no caso, não mantém mais em seu poder qualquer dos extratos solicitados.

Ademais, defendeu a legalidade dos atos praticados pela instituição financeira, esclarecendo que a mesma foi realizada de acordo com o que determinava a legislação.

Ao final, pediu a reconsideração da decisão, para que seja determinado o processamento da apelação e, por consequência, julgado improcedente o pedido do autor.

É o relatório.

Recife, 10 de dezembro de 2009.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator

QUARTA CAMARA CÍVEL	
Recurso de Agravo nº:	193725-3/01
Recorrente:	Banco Santander S/A sucessor do ABN Amro Real
Recorrida:	Lucenira Pereira de Lima
Relator:	Des. Eurico de Barros Correia Filho

Voto

Cuidando-se de pedido de retratação por via do chamado agravo legal (art. 557, *caput*, CPC), cabe simplesmente rever os fundamentos que nortearam a decisão guerreada na apelação cível em apenso.

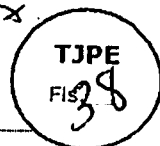
Conforme relatado, trata-se, na origem, de uma ação ordinária com pedido de tutela antecipada para exibição de documentos, na qual foi determinado que a demandada exhibisse os documentos requeridos na inicial após o trânsito em julgado do processo no prazo 90 (noventa) dias.

Ademais, a matéria em questão já foi objeto de diversos recursos perante o Superior Tribunal de Justiça que, em definitivo, entende pelo reconhecimento do direito da apelada, nos termos dos seguintes arestos.

"CIVIL. CONTRATO. POUPANÇA. PLANO BRESSER (JUNHO DE 1987) E PLANO VERÃO (JANEIRO DE 1989). BANCO DEPOSITANTE. LEGITIMIDADE PASSIVA. PRESCRIÇÃO. VINTENÁRIA. CORREÇÃO. DEFERIMENTO. 1 - Quem deve figurar no pólo passivo de demanda onde se pede diferenças de correção monetária, em caderneta de poupança, nos meses de junho de 1987 e janeiro de 1989, é a instituição bancária onde depositado o montante objeto da demanda. 2 - Os juros remuneratórios de conta de poupança, incidentes mensalmente e capitalizados, agregam-se ao capital, assim como a correção monetária, perdendo, pois, a natureza de acessórios, fazendo concluir, em consequência, que a prescrição não é a de cinco anos, prevista no art. 178, §10, III, do Código Civil de 1916 (cinco anos), mas a vintenária. Precedentes da Terceira e da Quarta Turma. 3 - Nos termos do entendimento dominante nesta Corte são devidos, na correção de caderneta de poupança, o IPC de junho de 1987 (26,06%) e o IPC de janeiro de 1989 (42,72%). 4 - Recurso especial não conhecido." (STJ, 4ª Turma, REsp 707151 / SP, DJ 01.08.2005 p. 471)

"ADMINISTRATIVO. CADERNETA DE POUPANÇA. CRUZADOS BLOQUEADOS. LEI Nº 8.024/90. MARÇO DE 1990. CORREÇÃO MONETÁRIA. ILEGITIMIDADE DO BACEN. QUESTÃO NÃO VENTILADA NO APELO RARO. (...) 2. O índice de correção monetária aplicável para o mês de março de 1990 nos depositados em conta poupança é o Índice de Preços ao Consumidor-IPC no percentual de 84,32%. 3. Agravo regimental improvido." (STJ, 2ª Turma, AgRg no REsp 803976/RJ, DJ 03.05.2006, p. 191)".

247

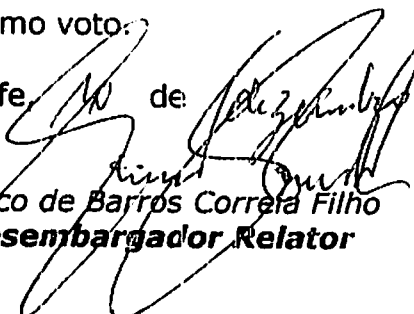


No mesmo sentido, o TJPE julgou inúmeros recursos acarretando a edição da verbete consistente na Súmula nº 55, de seguinte teor:

"O percentual de correção monetária dos depósitos em caderneta de poupança com vencimento até o dia 15 de junho de 1987 (Plano Bresser) é o do IPC de 26,06% e, na primeira quinzena do mês de janeiro de 1989 (Plano Verão), é o do IPC de 42,72%".

Isto posto, inexistindo nenhum fato novo para realizar o Juízo de retratação na decisão vergastada, mantenho a decisão recorrida em todos os seus fundamentos, pelo que voto no sentido de **negar provimento** ao Recurso de Agravo interposto.

É como voto.

Recife,  de 2009.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator

tgc